

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.633 - MG (2019/0295709-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : MARCO ANTONIO DOMINGUES
ADVOGADO : FLÁVIO TEIXEIRA ALVES - MG013096
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por MARCO ANTONIO DOMINGUES desafiando acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Depreende-se dos autos que o recorrente responde à ação penal pela prática do delito de corrupção passiva, infração inscrita no art. 317 do Código Penal (e-STJ fl. 112).

Narram os autos que o ora recorrente e corréu, policiais rodoviários federais, foram flagrados no bojo da "Operação Domiciano" e, *"agindo em unidade de desígnios e comunhão de ações, solicitaram e receberam para si, diretamente, em razão de sua função, vantagem indevida de motorista de um veículo de carga abordado, que trafegava com a licença vencida, para deixar de praticar ato de ofício consistente na aplicação de multa e recolhimento do veículo ao pátio credenciado"* (e-STJ fl. 105).

Impetrado prévio writ na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 187/188):

PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO DOMICIANO. CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317, CAPUT E § 1º, DO CÓDIGO PENAL). TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA E NULIDADE DAS PROVAS QUE EMBASAM A ACUSAÇÃO. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. Busca-se com o presente Habeas Corpus afastar suposta coação ilegal decorrente de decisão da autoridade impetrada que recebeu a denúncia oferecida contra o paciente, alegando-se que a peça acusatória seria inepta e embasada em prova ilícita.

2. O caso concreto trata das investigações desenvolvidas no âmbito do Inquérito Policial, em que se deflagrou a denominada Operação Domiciano, na qual foram apuradas diversas situações, em tese delituosas, entre elas corrupção passiva, nas quais o acusado, ora paciente, estaria envolvido.

3. A alegação da impetração de nulidade da captação ambiental que embasa a acusação, ao menos nessa análise preliminar, não merece acolhimento.

4. No caso dos autos, autoridade impetrada, ao deferir o pedido de autorização para instauração de equipamentos de captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, previsto no inciso II do art. 3º da Lei 12.850/2013, fundamentou que “as medidas se mostram necessárias, uma vez que as abordagens realizadas pelos policiais rodoviários federais são feitas, em sua maioria, junto às viaturas, o que possibilita desvendar algumas negociações entre os interlocutores, sendo que o rastreamento possibilita identificar os locais exatos da prática das abordagens supostamente ilegais”.

5. Não procede o pleito de incidência do prazo limite de 15 dias da Lei 9.296/1996 às escutas ambientais, uma vez que tal lei tem por objeto a regulamentação do art. 5º, inciso XII, parte final, da Constituição Federal, ou seja, a quebra de sigilo das comunicações telefônicas. Diante da ausência de disposição, na Lei 12.850/2013, a respeito do lapso máximo para a autorização de escutas ambientais, não se verifica constrangimento ilegal na decisão que determina a medida de interceptação pelo período 45 dias.

6. Não procede a alegação de inépcia por falta de descrição adequada da conduta criminosa imputada ao paciente, pois a denúncia atribui ao paciente o cometimento de fatos especificados, apontando as circunstâncias que envolvem a imputação.

7. Narra a denúncia que o paciente, na data de 02/03/2017, juntamente com outro policial rodoviário federal, em Monte Alegre de Minas/MG, no exercício de suas funções (policial rodoviário federal), abordaram um veículo de carga não identificado, que trafegava com licença vencida, cujo condutor seria oriundo do Paraná, sendo que, na ocasião, “solicitaram, para si, diretamente, em razão da função desempenhada, vantagem pecuniária para deixarem de praticar ato de ofício, consistente na aplicação de multa e consequente recolhimento do veículo ao pátio credenciado”.

8. Afirma o órgão de acusação que a vantagem indevida solicitada na ocasião teria sido a quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e que, ao fim, o montante recebido teria sido de R\$ 300,00 (trezentos reais), a título de propina para liberarem o veículo sem qualquer autuação ou apreensão.

9. A peça acusatória e as peças que a acompanham permitem a compreensão da acusação e a extração das consequências dela decorrentes, atendendo, pois, aos pressupostos do art. 41 do Código de Processo Penal.

10. Refere a denúncia elementos de prova, consubstanciados em captação ambiental que estariam a amparar a acusação, não se divisando, de plano, a alegada ausência de justa causa para manejo da ação penal.

11. Para o oferecimento da denúncia exige-se apenas a descrição da conduta delitiva e a existência de elementos probatórios mínimos que corroborem a acusação. Provas conclusivas da materialidade e da

Superior Tribunal de Justiça

autoria do crime são necessárias apenas para a formação de um eventual juízo condenatório.

12. No caso, o reconhecimento da tese da impetrante de inexistência de justa causa para o exercício da ação penal, dada a suposta ausência de elementos de informação a demonstrarem a materialidade e a autoria delitivas, exige profundo exame do contexto probatórios dos autos, o que é inviável na via estreita do writ.

13. Cabe destacar que a denúncia ora em análise, diferentemente daquela analisada nos autos do Habeas Corpus 1013209-58.2017.4.01.0000, cujo trancamento se determinou, adequadamente, especifica qual teria sido a vantagem indevida solicitada no episódio tido como delituoso, qual seja, a solicitação do valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e o recebimento, ao final, da quantia de R\$ 300,00 (trezentos reais).

14. Não se divisa, assim, situação excepcional apta a justificar o trancamento da ação penal movida contra o paciente, o que impõe a denegação da ordem pretendida.

15. Ordem de Habeas Corpus denegada, confirmando o que decidido em sede liminar.

Daí o presente recurso ordinário, no qual sustenta a defesa a ilegalidade de captações ambientais ocorridas sem autorização judicial (e-STJ fl. 205).

Diante dessas considerações, pede liminarmente a suspensão do trâmite processual e, no mérito, a anulação das provas alegadamente ilegais, determinando-se o seu desentranhamento dos autos (e-STJ fl. 213).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, mostra-se imprescindível a análise dos elementos de convicção constantes dos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no

Superior Tribunal de Justiça

quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

